

Ciência política global:

Perspectivas de
estudos culturais
e pós-colonialismo

Antonio Carlos da Silva
(Organizador)



Atena
Editora

Ano 2021

Ciência política global:

Perspectivas de
estudos culturais
e pós-colonialismo

Antonio Carlos da Silva
(Organizador)



Atena
Editora

Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciência política global: perspectivas de estudos culturais e pós-colonialismo

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizador: Antonio Carlos da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciência política global: perspectivas de estudos culturais e pós-colonialismo / Organizador Antonio Carlos da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-474-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.747212009>

1. Ciência política. I. Silva, Antonio Carlos da (Organizador). II. Título.

CDD 320

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de e-commerce, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

No século XXI as forças do capital já não estão viradas para conquistas territoriais como tem sido dito. Que fariam elas com zonas econômicas de terra queimada e populações supérfluas?

KURZ, Robert. Poder mundial e dinheiro mundial: Crônicas do capitalismo em declínio. Rio de Janeiro: Conseqüência, 2015, p. 113.

Tal constatação não omite o prevalecer do processo de imperialismo no atual “campo”¹ histórico da modernidade, pelo contrário, enfatiza que sob a crise estrutural do capital, o que conhecíamos como zonas de influência nacionais, na qual os “impérios” buscavam ampliar as fontes de geração de riqueza e cadeia de valor, tornaram-se sinais de alerta para tentar minimizar as contradições presentes no desenvolvimento irracional da globalização do capital e das feições do Estado no capitalismo.

A política, neste contexto, exige uma crítica teórica que apreenda com a reconstrução histórica e possa ser formulada radicalmente. O compromisso com a emancipação, que não coaduna com o mito fáustico do Progresso e tampouco do crescimento econômico ilimitado, encontra na estatalidade e sua relação com as categorias-chave do moderno sistema produtor de mercadorias um espaço aberto para “escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 2020) e propor um devir que suplante a dependência unilateral com os limites de viabilidade do radicalismo do mercado e do imperialismo da economia.

Esse é o objetivo primacial desta coletânea intitulada “Ciência Política global: perspectivas de estudos culturais e pós-colonialismo”. A diversidade é uma premissa incontestada neste volume, pois reúne em seus treze capítulos um leque interdisciplinar capaz de abordar criticamente os problemas estruturais sistêmicos e resgatar a relevância da dissociação do valor presente no tripé masculino, branco e ocidental que alimentam as contradições existentes e ampliam a condição de precariedade daquela parte da sociedade dos sem parte que lutam por direitos a ter direitos (RANCIÈRE, 2014).

Não obstante, os/as autores/ras confirmam a tese benjaminiana de que todo documento de cultura é, em essência, um documento de barbárie, pois à luz da falta de autonomia da esfera pública e, por conseguinte, do primado da liberdade política (consoante Hannah Arendt), questões étnico-raciais, de gênero e territorialidade estão no âmago de um sistema no qual o nível civilizatório se apresenta com índices cada vez mais alarmantes de miséria, desemprego, violências sobrepostas (Cavalcanti, 2018), crises energéticas, ecológicas, educacionais e pandêmicas.

Cientes e conscientes da importância da divulgação científica, em especial nesses tempos obscuros em que a necropolítica tornou-se regra, encontramos na Atena uma

¹ Aqui entendido como o moderno sistema produtor de mercadorias, no qual o sujeito histórico é metamorfoseado em predicado consumidor em uma sociedade na qual o trabalho abstrato cria cotidianamente mais valor, mais dinheiro. Neste contexto, o indivíduo e a natureza são tratados como processos de utilização empresarial para valorização ou, parafraseando Kurz (2020), economização abstrata do mundo.

editora comprometida com a divulgação, por meio de uma plataforma consolidada e confiável, dos contributos destes pesquisadores/investigadoras que acreditam que a busca pela compreensão dos fenômenos que nos cercam são o que distinguem os seres humanos de mercadorias.

Antonio Carlos da Silva

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de História**. Edição Crítica. São Paulo: Alameda Editorial, 2020.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. Violências sobrepostas: contextos, tendências e abordagens num cenário de mudanças. In: DIAS, Isabel (org.). **Violência doméstica e de gênero: uma abordagem multidisciplinar**. Lisboa: Pactor, 2018, pp. 97-121.

KURZ, Robert. **A democracia devora os seus filhos**. Rio de Janeiro: Conseqüência, 2020.

KURZ, Robert. **Poder mundial e dinheiro mundial: crônicas do capitalismo em declínio**. Rio de Janeiro: Conseqüência, 2015.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
DEMOCRACIA DE MERCADO: A MENTE (TOTALITÁRIA) APRISIONA Antonio Carlos da Silva  https://doi.org/10.22533/at.ed.7472120091	
CAPÍTULO 2	15
A CRISE DO ESTADO DESENVOLVIMENTISTA: REESTRUTURAÇÃO NEOLIBERAL, DESEMPREGO E RECESSÃO Gustavo Perez Pereira Andrade  https://doi.org/10.22533/at.ed.7472120092	
CAPÍTULO 3	23
LOS PROBLEMAS DE LA DEMOCRACIA ACTUAL: LA PERSISTENCIA DE LAS “FALSAS PROMESAS” Y EL <i>PODER INVISIBLE</i> Héctor Zamitiz Gamboa  https://doi.org/10.22533/at.ed.7472120093	
CAPÍTULO 4	35
TUVALUANOS DESASSISTIDOS GLOBALMENTE EM FACE DA MUDANÇA CLIMÁTICA: DOCUMENTOS OFICIAIS, DIREITOS HUMANOS E O “NÃO FUTURO”? Patricia Benedita Aparecida Braga Fabio Lanza  https://doi.org/10.22533/at.ed.7472120094	
CAPÍTULO 5	51
CIDADANIA AMBIENTAL: LIBERALISMO, COSMOPOLITISMO E SUSTENTABILIDADE Cristiano Luis Lenzi  https://doi.org/10.22533/at.ed.7472120095	
CAPÍTULO 6	73
A CORTE INTER-AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS E A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO BRASIL Bruna Ferrari Pereira  https://doi.org/10.22533/at.ed.7472120096	
CAPÍTULO 7	82
A GEOPOLÍTICA DO BRASIL PARA A ÁFRICA: UMA VISÃO SOB A PERSPECTIVA DA INDÚSTRIA DE DEFESA BRASILEIRA Rafael Farias  https://doi.org/10.22533/at.ed.7472120097	
CAPÍTULO 8	96
EDUCAÇÃO NO BRASIL: DO PERÍODO COLONIAL AO GIRO DECOLONIAL Elaine Cristina da Silva Zanesco	

Carlos Roberto da Silveira
Clayton Roberto Messias
Solange Maria de Oliveira Cruz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7472120098>

CAPÍTULO 9..... 108

EL DIÁLOGO Y LA UNIVERSIDAD EN LA TEORÍA DE ALASDAIR MACINTYRE

Mauro Javier Saiz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7472120099>

CAPÍTULO 10..... 121

FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E DO SISTEMA PARTIDÁRIO

Cristiane Silva

Romualdo Theophanes de França Júnior

Adelcio Machado dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.74721200910>

CAPÍTULO 11 134

MARX E POLANYI. CONTRIBUIÇÃO PARA O DEBATE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Edgard Malagodi

Cynthia Xavier Carvalho

Arlide Franco Alves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.74721200911>

CAPÍTULO 12..... 148

COMISIÓN PASTORAL DE LA TIERRA Y SU ACTUACIÓN PARA IMPULSAR POLÍTICAS PÚBLICAS CON EL FIN DE REDUCIR LA CONDICIÓN ANÁLOGA A LA ESCLAVITUD DEL TRABAJADOR RURAL EN BRASIL

Luiz Augusto Silva Ventura do Nascimento

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.74721200912>

CAPÍTULO 13..... 166

POLÍTICAS PÚBLICAS E DISFAGIA

Haroldo da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.74721200913>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 181

ÍNDICE REMISSIVO..... 182

CAPÍTULO 2

A CRISE DO ESTADO DESENVOLVIMENTISTA: REESTRUTURAÇÃO NEOLIBERAL, DESEMPREGO E RECESSÃO

Data de aceite: 01/09/2021

Gustavo Perez Pereira Andrade

Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”- Faculdade de Filosofia e Ciências, na linha de pesquisa 4-Relações Internacionais e Desenvolvimento. Graduado em Ciências Sociais também pela UNESP-FFC. Atualmente é professor de Geografia na rede pública estadual paulista

O presente artigo foi baseado num tópico do Trabalho de Conclusão de Curso cuja a temática abordou o pensamento de Celso Furtado fazendo uma análise dos impactos da globalização na construção do Brasil.

RESUMO: O presente artigo procura compreender as modificações que atingem a economia brasileira em decorrência do amplo processo de mundialização do capital a partir da análise da reestruturação do papel do Estado por meio da agenda neoliberal, o que resultou na adoção de políticas macroeconômicas ortodoxas por parte deste visando atender os novos setores econômicos emergidos deste processo. As consequências destas medidas foram a maior ingovernabilidade, a elevação do custo social e o aumento do desemprego. Para tanto nos fundamentaremos na leitura de Celso Furtado para repensar o caso brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Celso Furtado. Estado. Globalização.

ABSTRACT: This article seeks to understand the changes that affect the world economy due to the broad process of globalization of capital from the analysis of the restructuring of the role of the State through the neoliberal program, which resulted in the adoption of orthodox macroeconomic policies on the part of this aim to meet The new economic sectors emerging from this process, the consequence of these measures were increased government instability, rising social costs and rising unemployment. To that end, we will base ourselves on reading Celso Furtado to rethink the Brazilian case.

KEYWORDS: Celso Furtado. State. Globalization.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende discorrer acerca do fenômeno da mundialização financeira com enfoque na crise social e política do estado desenvolvimentista brasileiro que ocorreu com a reestruturação neoliberal deste, para tanto nos basearemos na contribuição teórica de Celso Furtado.

O processo de mundialização econômica reestruturou a atividade comercial, industrial e financeira mundial. O processo político que ensejou estas mudanças baseou-se na implantação das agendas políticas-econômicas neoliberais por parte dos Estados-nacionais. A agenda neoliberal destacou-se pelo enxugamento da máquina estatal, isto é, demissões, corte de gastos, redução do papel

do estado na economia, através, por exemplo, das privatizações de empresas estatais. Assim como pela desregulamentação dos mercados financeiros, abertura das economias nacionais, flexibilização da legislação trabalhista e a fragmentação de cadeias produtivas pelo globo.

A globalização acarretou, entre outras modificações, os deslocamentos das zonas industriais, antes localizadas nos países desenvolvidos e ou regiões da América Latina, para o sudeste asiático. As empresas deslocaram-se para esta região em busca de facilidades, como baixos salários, flexibilidade na legislação ambiental, regiões onde os governos locais concederam vantagens fiscais, além criar zonas econômicas com a finalidade de incentivar as instalações das empresas etc.

Neste novo contexto econômico delineado a partir dos anos 70 os choques do petróleo contribuíram, de um lado, para exacerbar as dívidas dos países importadores e, e de outro, acarretaram saldos positivos para os exportadores de petróleo. Estes recursos dos países exportadores de petróleo foram captados pelo sistema bancário sob a forma de depósitos de curto prazo. O maior beneficiado deste processo foi o setor econômico diretamente ligado ao rentismo e a atividade financeira, uma vez que a captação destes recursos propiciava ao sistema bancário rendimentos por meio de aplicações. Assim ocorreu um salto na liquidez internacional e aos poucos se constituiu uma estrutura monetária capaz de ultrapassar fronteiras.

[...] Uma formidável transferência de ativos, como foi causada pelas elevações dos preços do petróleo nos anos 70, exigia importantes modificações estruturais na maioria dos países que participavam do comércio internacional, como exportadores ou como importadores desse produto essencial. Enquanto não se definisse a forma final que assumiriam esses ativos, os saldos dos petroleiros teriam como contrapartida uma dívida cujo o serviço não deveria perturbar o processo de modificações estruturais [...] O que se observou, entretanto, foi a atração desses saldos pelo sistema bancário internacional que os absorveu na forma de depósitos a curto prazo. Posto que havia possibilidade de aplicá-los de forma remuneradora, o instrumento para fazê-lo surgiu com rapidez. (FURTADO, 1982, p.114-115).

Assim, de acordo com Furtado, se consolidou uma nova estrutura econômico-financeira cuja força já não era possível de ser contida pelos tradicionais instrumentos de regulação monetária. Estes tinham que se deparar com algo que começava a redesenhar a forma de atuação do capital, com a reorganização do trabalho e da produção. O dólar continuou sendo a moeda desse novo modelo em que o sistema bancário desempenharia um papel de maior relevância.

Dessa forma, emergiu uma estrutura financeira de grandes dimensões, liberada da tutela dos Bancos Centrais e aliviada dos custos das reservas obrigatórias, com capacidade para criação autônoma de liquidez. [...] Assim, os dólares depositados em bancos fora dos Estados Unidos (mesmo se são filiais de bancos norte-americanos) transformaram-se em eurodólares. (FURTADO, 1982, p.115).

A integração econômica proporcionada pelo novo modelo beneficiou o conjunto das grandes corporações, que realocando geograficamente suas plantas industriais, ampliando suas operações em cadeia global e não mais se restringindo a certos países. A busca de lucratividade fez com que os grandes conglomerados transnacionais procurassem regiões onde poderiam estabelecer suas operações a baixo custo a fim de preservar a alta rentabilidade das respectivas atividades econômicas. Assim os estados- nacionais foram forçados a fazerem concessões para que as corporações investissem e estabelecessem suas plantas industriais dentro de seus territórios, como a redução de tributos (as chamadas isenções fiscais). Todo esse processo aumentou a dependência dos centros nacionais, sobretudo, dos países da periferia em relação aos fluxos de capitais, as corporações e ao sistema monetário norte-americano. Parte destas concessões financeiras realizadas para as grandes empresas resultou na transferência de volumosos recursos para os países do centro, em particular para os Estados Unidos. Este processo se aprofundou a partir da política norte-americana do dólar forte no final dos anos 70.

Se é verdade que essas autoridades não se orientam no sentido de exercer efetivamente essa tutela-as empresas norte-americanas, principais clientes do mercado de eurofundos se opõe a toda regulação que possa frear o processo de transnacionalização- não se pode desconhecer que a situação presente engendra crescente dependência dos demais países vis-à-vis o sistema monetário norte-americano. (FURTADO,1982, p.117).

Na globalização, as atividades comerciais e os fluxos financeiros passaram a ter grande mobilidade, o que tornou difícil a regulação das atividades econômicas pelos centros nacionais. Com avanço dos processos de integração econômica, política e social, as atividades do estado-nação são reestruturadas a fim de atender a agenda neoliberal, imperativo para o estabelecimento de políticas monetárias. Está reestruturação, por sua vez enfraquece ainda mais o controle estatal sobre a atividade macroeconômica. As novas mudanças no plano econômico propiciaram a criação de zonas de comércio, mercados, e projetos de integração regional que visam, entre outras medidas, suplantar o Estado-nacional em setores estratégicos, como a regulação financeira e comercial, e o controle estatal sobre sua política monetária, fiscal e creditícia.

Com o avanço da internacionalização dos circuitos econômicos, financeiros e tecnológicos, debilitam-se os sistemas nacionais. As atividades estatais tendem a circunscrever-se as áreas sociais e culturais. Os países marcados por acentuada heterogeneidade cultural e /ou econômicas serão submetidos a crescentes pressões de força desarticuladoras. (FURTADO, 1998, p.38).

Os processos econômicos se tornaram mais complexos com a crescente financeirização, isto seria particularmente mais grave nas regiões mais pobres, onde as carências sociais são enormes. Ademais, Furtado reafirma que a globalização teve como consequência o agigantamento do setor financeiro, com projeções significativas para a esfera produtiva, o desenvolvimento tecnológico e a atividade comercial.

A globalização é acima de tudo fenômeno financeiro, mas com projeções significativas no sistema de produção. Hoje as grandes empresas projetam sua localização em escala planetária. Isto é visível no setor automobilístico. O efeito final sobre o comércio internacional é positivo, mas exige importantes ajustamentos o resultado foi que o crescimento do comércio internacional mais do que duplicou o crescimento da produção mundial em todo meio século que se seguiu a segunda guerra mundial. Portanto foi este um período de forte abertura das economias, [...] (FURTADO, 1998, p.75-76).

Esta financeirização expressou-se, entre outras formas, por meio do crescimento do endividamento, que resultou no aumento da dependência, como aconteceu no caso do Estado brasileiro, sobretudo no que diz respeito aos fluxos capitais externos, necessários para equilibrar a balança de pagamentos. Os países subdesenvolvidos passaram a depender cada vez mais destes recursos para fechar suas contas. Toda essa dependência externa causou instabilidade aos países de economia mais débeis. Além disso, a emergência das crises conjunturais acarretou desestabilizações crescentes na macroeconomia.

[...] e o país se conforma com taxa de crescimento que praticamente iguala a do aumento da população. Grande parte deste endividamento está financiando o consumo, e para acalmar os especuladores são mantidas vultuosas reservas de cambio e pagas elevadas taxas de juros. Tudo isso se traduz esterilização de poupança em risco crescente de ingovernabilidade do país. Se somos cada vez mais dependentes de recursos externos qualquer choque na conjuntura internacional poderá ter consequências desestabilizadoras, com projeções políticas. A instabilidade macroeconômica potencial aponta, portanto, para a ingovernabilidade. (FURTADO, 1998, p.73-74).

A estratégia neoliberal visava tornar a economia mais competitiva a partir de reformas macroeconômicas e da abertura da economia nacional. A consequência foi o agravamento dos problemas sociais existentes e a redução da autonomia nacional. Uma estratégia econômica que vislumbrava a inserção internacional tendo em vista aumentar o crescimento econômico, por meio de uma abertura econômica predatória que privilegiava os setores econômicos dos grandes conglomerados, sobretudo, aqueles ligados às atividades do mercado financeiro internacional, em detrimento de grande parte do conjunto da população.

Essa estratégia de desenvolvimento que privilegia a inserção internacional reduz o peso político da massa trabalhadora em particular do setor sindicalizado. Essa é uma maneira de flexibilizar o sistema econômico e reduzir os salários. Há um movimento indiscriminado no sentido de aumentar a produtividade macroeconômica, ignorando os efeitos sociais. Ora, o importante não é ser competitivo em si mesmo. O Brasil sempre foi competitivo em certas áreas. [...] (FURTADO, 1998, p.75).

Neste contexto, segundo Furtado, o Brasil desenvolveu-se apoiado no seu parque industrial e na diversificação da pauta de exportações de manufaturas, sem recorrer a uma abertura econômica que o debilitasse. Ele crítica a ideia segundo a qual o país deva buscar alternativas para modernizar-se neste processo de abertura que no seu entendimento

privilegia os interesses do grande capital externo, subordinando a economia nacional e tornando-a mais dependente dos grandes centros econômicos.

[...] A prova disso é que o país, num período relativamente curto, conseguiu transformar profundamente a pauta das exportações ao mesmo tempo que instalava um dos maiores parques industriais. Conheci um Brasil com exportações limitadas a uns poucos produtos primários e acompanhei a trajetória que nos conduziu a situação atual de importante exportador de manufaturas. Mas, colocar a competitividade internacional estratégico ao qual tudo se subordina em instalar-se numa situação de dependência similar à da época pré-industrial. (FURTADO, 1998, p.75).

Para Furtado a economia deve estar centrada no mercado interno, privilegiando os interesses do conjunto da população. A inserção externa é considerada relevante, pois pode trazer ganhos de produtividade e competitividade econômica, facilitar o acesso às modernas tecnologias, ampliar a oferta de poupança. Mas esta abertura tem que ser pequena, tendo um papel complementar as atividades econômicas que deverão ter como base principal o mercado interno.

Nossa política econômica deveria adotar como objetivo estratégico o crescimento do mercado interno, o que significa privilegiar os interesses da população. O componente principal do mercado interno é a massa salarial. A inserção internacional é importante por muitos motivos: pode completar nosso potencial de recursos naturais, dar maior flexibilidade do sistema produtivo, facilitar o acesso à tecnologia de ponta, ampliar a oferta de poupança dentro certos limites. etc. Mas numa economia com as características da nossa, tudo isso será sempre um papel complementar. O essencial é o crescimento do mercado interno, o qual movimenta 90% da economia. (FURTADO, 1998, p.80).

A mundialização engloba um processo econômico mais amplo que agrava dependência externa da economia brasileira, tendo impactos, políticos, econômicos, sociais e ecológicos graves. Contudo, devemos considerar que a capacidade de a globalização impactar o país de forma negativa depende dos grupos dominantes internos. A maior ou menor aceitação deste processo e das políticas econômicas voltadas para a abertura comercial e financeira para reduzir o papel da atividade estatal na economia é que vai moldando a organização do Estado, constituindo um aparato completamente dependente ou com relativa autonomia, aprofundando a associação de forma subordinada aos grandes grupos internacionais ou mantendo certa autonomia em relação a estes.

Se tentarmos captar a essência do processo histórico que engendrou a civilização moderna, vemos que o importante não foram as ideologias nem mesmo as tecnologias. Estes foram ingredientes por forças sociais em confrontação pelas lutas de classes [...] (FURTADO, 1998, p.22).

Estamos vivendo hoje nova fase dessa luta. A integração política planetária em curso avançado de realização está reduzindo o alcance de ação reguladora dos estados nacionais em que se apoia as organizações sindicais. Em que consequência, a organização da atividade produtiva tende a ser planejada em escala multinacional e [...] planetária, em prejuízo do poder de negociação

das massas trabalhadoras. Daqui que o duplo processo de desemprego e exclusão social por um lado, e por outro, de concentração de renda, se aja intensificado por todas as partes (FURTADO, 1998, p.22).

[...] A competitividade internacional seria medida em termos de extinção de empregos, e é esta, em termos de fome imposta a setores da população. Se aos custos sociais acrescentamos os ecológicos, como levados a concluir inadequados os dados atualmente utilizados para expor comportamento da economia brasileira. É que estes dados por ocultarem a realidade, são instrumento dos grupos que compõe as estruturas de dominação que sustentam a estratégia globalizadora. (Furtado, 1998, p.81).

O endividamento constituiu parte do processo de globalização que interrompe o desenvolvimento das nações periféricas, destacando o caso do Brasil, o que expõe, o aumento das disparidades entre as nações desenvolvidas e subdesenvolvidas, enfraquecendo os centros nacionais de decisão e os instrumentos de política econômica necessários para controlar a economia nacional, induzindo a ingovernabilidade do país.

O Brasil é um grande país com produto nacional de 1 trilhão, e sem poupança para financiar investimentos, pois o essencial do que poupa destina-se ao pagamento de juros. Temos que nos entender com sistema financeiro internacional, para reduzir a transferência de juros ao exterior e assim retomar investimento interno. (FURTADO, 2002, p.25 -26).

O Brasil atravessa uma fase histórica de desilusão e ansiedade. A ninguém escapa que nossa industrialização foi conduzida no quadro de um desenvolvimento imitativo e reforçou tendências atávicas da sociedade ao elitismo e à exclusão social. [...] Devemos reconhecer que num passado recente existiu certo consenso que já éramos ativos de nossa própria história, com dirigentes que tinham uma visão global da realidade em que estávamos inseridos. (FURTADO, 2002, p.27).

Ademais o triunfo da visão monetarista conduziu o país a um processo recessivo com elevado custo social. Com a pretensa justificativa de resolver o problema da inflação, aplicou-se uma cartilha que gera endividamento crescente de elevado custo social, a fim de atender os setores econômicos diretamente beneficiados pela abertura econômica decorrente da reconfiguração política e econômica a partir da ascensão da globalização.

[...] a visão monetarista conduz a uma política deflacionista e recessiva que favorece certos setores sociais, em detrimento da massa de assalariados. A vitória indiscutível da doutrina do FMI levou a situação presente em que se programa uma recessão de elevado custo social para curar-se uma inflação de preços mediante endividamento externo. (FURTADO, 2002, p. 28-29).

É preciso também ponderar que a crise do Estado desenvolvimentista se conjugou com o nosso processo histórico e com a particularidade do capitalismo tardio aqui desenvolvido. Isto aprofundou os desníveis sociais e econômicos existentes. Temos também que destacar que no Brasil a formação capitalista reproduziu os hábitos de alto consumo presente nos países de capitalismo avançado para uma pequena minoria da população. Isto, somado ao modelo produtivo que se utilizou de tecnologias poupadoras

de mão-de-obra acarretou elevadas taxas de desemprego e baixo nível de consumo por parte da maioria da população.

Portanto, a crise que aflige nosso povo não decorre apenas do amplo processo de reajustamento que se opera na economia mundial. Em grande medida ela é resultado de um impasse que se manifestaria necessariamente em nossa sociedade, a qual pretende reproduzir a cultura material do capitalismo mais avançado, privando assim a grande maioria da população dos meios de vida essenciais. [...] (FURTADO, 2002, p. 35).

Neste sentido a solução é o estabelecimento de uma política concreta com objetivos delineados que atendam aos anseios populares e não um projeto alicerçado no padrão de acumulação direcionado pelas grandes corporações. Para superarmos a atual condição de país dependente dos grandes centros hegemônicos, é prioritário definir um efetivo projeto de desenvolvimento, que signifique a homogeneização da sociedade. Ou, seja, a redução da desigualdade acentuada entre ricos e pobres a partir da construção de um padrão social mínimo para as camadas menos favorecidas, permitindo-lhes acesso a demandas básicas para seu desenvolvimento como acesso à educação e saúde. Assim como condições propícias para abrir espaço ao desenvolvimento da nossa cultura por meio do fomento da capacidade inventiva do brasileiro.

[...] Impõe-se formular uma política de desenvolvimento com base na explicação dos fins substantivos que almejamos alcançar, e não com base na lógica dos meios imposta pelo processo de acumulação comandado pelas empresas transnacionais. A superação do impasse com que nos confrontamos requer que a política de desenvolvimento conduza a uma crescente homogeneização de nossa sociedade e abre espaço a realização das potencialidades de nossa cultura. (FURTADO, 2002, p.36).

Não podemos acolher a tese segundo a qual a globalização constitui um processo inevitável. Se partirmos dessa premissa devemos aceitar as condições impostas pela mundialização a nossa economia e admitir que não há saída para os problemas decorrentes da nossa dependência. Se aceitarmos a tese de que não há outra alternativa, devemos nos conformar com as graves desigualdades sociais existentes no país e com uma inserção econômica subordinada aos grandes centros financeiros.

Se adotarmos a tese de que a globalização constitui um imperativo tecnológico inescapável, que levará todas as economias a um processo de unificação de decisões estratégicas, teremos de admitir que é reduzido o espaço de manobra que nos resta. O Brasil é um país marcado por profundas disparidades sociais superpostas a desigualdades regionais [...] em um mundo dominado por empresas transnacionais que tiram partido dessas desigualdades. (FURTADO, 2002, p.41-42).

Em síntese, delineamos um conjunto de impactos que sobrevieram sobre as economias periféricas com as transformações da economia mundial, abordando como é compreendido o papel da organização estatal com a ascensão da globalização em Celso Furtado.

21 CONCLUSÃO

Dado o exposto, constatamos a partir da releitura de Furtado acerca do Estado, no que tange a nova dinâmica da economia global, que a reorganização deste decorre da financeirização, quando o mesmo perde o controle de determinados setores da vida econômica nacional, ao se tornar incapaz de coordenar as atividades econômicas e sociais mais amplas. Sendo estas atividades delegadas a blocos regionais e ou zonas de livre comércio a consequência disto é o debilitamento da ação estatal, na medida em que estes novos organismos assumem funções antes exclusivas do Estado, como a emissão de moedas realizada através de um banco central supranacional, a exemplo, do que acontece na União Europeia.

A ingovernabilidade é o desdobramento dos impactos gerados pela mundialização financeira e da reorganização econômicas nacionais que perpassam todo âmbito da economia, da reestruturação social, política e espacial que são demandas pelas novas necessidades da nova fase da economia com o avanço do processo internacionalização. Também deve-se considerar que este processo econômico prejudicou os países subdesenvolvidos ao reduzir a já limitada soberania dos mesmos, além de agravar o abismo econômico entre estes e os países do centro.

O redesenho da economia global para os países mais pobres significou o agravamento da pobreza e um crescimento da concentração da renda, além de exorbitantes endividamentos contraídos pelos Estados. Enquanto que para os países mais ricos, este endividamento significou formas de se apoderar de enormes fluxos de capitais. Isto beneficiou o aumento do rentismo favorecendo as classes sociais dominantes ligadas a atividade financeira dos países periféricos, sobretudo, dos países centrais.

REFERÊNCIAS

FURTADO, C. **O capitalismo global**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FURTADO, Celso. **A nova dependência**: dívida e monetarismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FURTADO, Celso. **Em busca de um novo modelo**: reflexões sobre a crise contemporânea. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ÍNDICE REMISSIVO

A

África 30, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 94

Agricultura familiar 134, 137, 139, 146

Alasdair Macintyre 108

América Latina 16, 24, 29, 30, 31, 74, 81, 83, 88, 103, 106, 107, 138, 148, 165

B

Barbárie 1, 4, 6, 7, 10, 11, 13, 14

Brasil 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 21, 40, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 105, 106, 107, 121, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 144, 146, 148, 149, 150, 151, 154, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 176, 178, 179

C

Capitalismo 13, 20, 21, 22, 24, 105, 135, 154, 164, 166, 167, 168, 170, 173, 174, 175, 179, 180

Celso Furtado 15, 21, 154

Cidadania 1, 7, 8, 9, 35, 36, 37, 39, 40, 44, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 148, 175, 181

Cidadania ambiental 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69

Colonialismo 6, 84, 104

Comissão Pastoral da Terra (CPT) 148, 149, 150, 159

Comunitarismo 61, 62, 68, 108

Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) 73, 74, 78, 80

Cosmopolitismo 51, 62, 63, 64

Crise estrutural 2, 6, 11, 135

Czeslaw Milosz 1, 2

D

Democracia 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 49, 57, 72, 75, 80, 81, 96, 122, 128, 129, 130, 131, 132, 169, 171, 173, 174, 175, 178, 181

Desemprego 3, 11, 15, 20, 21, 135, 144, 177

Desenvolvimento 6, 11, 15, 17, 18, 20, 21, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 63, 67, 75, 85, 88, 91, 99, 101, 129, 131, 134, 135, 136, 139, 140, 142, 143, 146, 151, 165, 166, 172, 181

Direitos humanos 1, 35, 36, 39, 40, 42, 44, 46, 47, 48, 49, 54, 58, 64, 65, 66, 68, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 123, 150, 151, 165, 181

Disfagia 166, 169, 175, 177, 178

E

Educação 1, 14, 21, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 169, 176, 178, 181

Emancipação 1, 4, 6

Estado 1, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 31, 32, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 89, 90, 91, 94, 96, 97, 99, 102, 109, 111, 116, 117, 121, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 135, 140, 142, 150, 152, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 163, 164, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 178, 180, 181

F

Fundo eleitoral 166, 169, 172, 173, 175, 176, 179

G

Geopolítica 82, 83, 85, 86, 92, 93, 94, 104

Globalização 4, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 60, 65, 138

H

Hannah Arendt 1, 12

I

Indústria de defesa nacional 82, 90, 91, 93

Insegurança alimentar 134, 136, 138, 139, 141, 143, 144, 145

J

Judith Butler 1

Justiça de transição 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81

K

Karl Marx 134, 135, 142

Karl Polanyi 134, 135, 139, 140, 143, 144, 145

L

Liberalismo 51, 56, 57, 68, 110, 124, 125, 166, 174

M

Mercado 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 17, 18, 19, 45, 46, 66, 88, 91, 101, 118, 134,

138, 139, 140, 143, 144, 145, 157, 163, 168, 173, 174, 178

Modernidade 3, 4, 5, 10, 36, 70, 104, 105, 106

Mudança climática 35, 36, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48

Mundialização 15, 19, 21, 22

N

Necropolítica 7, 12, 14

Norberto Bobbio 23, 26, 27, 28, 34

P

Partidos políticos 3, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 153, 154, 166

Poder 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 19, 23, 24, 26, 27, 28, 30, 32, 38, 39, 43, 53, 62, 79, 85, 87, 88, 90, 92, 94, 95, 97, 101, 103, 104, 105, 107, 117, 118, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 144, 150, 151, 152, 153, 154, 156, 158, 160, 162, 163, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 178, 181

Políticas públicas 42, 56, 132, 134, 137, 139, 141, 142, 143, 145, 146, 148, 150, 151, 152, 155, 157, 158, 161, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 181

R

Recessão 15, 20

Representação política 121, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 131, 132

Robert Kurz 1, 2, 3

S

Sistema partidário 121, 132

Soberania 5, 6, 7, 22, 35, 36, 37, 39, 40, 42, 43, 44, 46, 49, 56, 60, 62, 126

T

Teoria crítica 1

Teoria do valor 1, 3

Totalitarismos 1, 32

Trabalho 3, 4, 5, 7, 10, 15, 16, 35, 36, 51, 57, 66, 68, 74, 76, 77, 82, 83, 87, 92, 99, 105, 108, 121, 125, 136, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 151, 159, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 175, 177

Tuvalu 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50

V

Violências 9

Ciência política global:

Perspectivas de
estudos culturais
e pós-colonialismo

 www.arenaeditora.com.br

 contato@arenaeditora.com.br

 [@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora)

 www.facebook.com/arenaeditora.com.br




Ano 2021

Ciência política global:

Perspectivas de
estudos culturais
e pós-colonialismo

 www.arenaeditora.com.br

 contato@arenaeditora.com.br

 [@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora)

 www.facebook.com/arenaeditora.com.br




Ano 2021